

EIXO TEMÁTICO

BASES DE DADOS E FONTES INFORMACIONAIS

MODALIDADE: COMUNICAÇÃO ORAL



A DINÂMICA DE TEMÁTICAS PROGRESSISTAS NA LITERATURA DOS ANAIS DO ENANCIB (1994-2019): CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES NO CAMPO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL

Maria Cleide Rodrigues Bernardino

Doutora em Ciência da Informação
Universidade Federal do Cariri (UFCA)
E-mail: cleide.rodrigues@ufca.edu.br

Denise Braga Sampaio

Mestra em Ciência da Informação
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
E-mail: denisebs23@gmail.com

Fabiana Aparecida Lazzarin

Mestra em Ciência da Informação
Universidade Federal do Cariri (UFCA)
E-mail: fabiana.lazzarin@ufca.edu.br

INTRODUÇÃO

Pretende-se descrever a evolução dos temas na área de Ciência da Informação, produzida no âmbito do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) em temáticas consideradas progressistas, cuja abordagem trate de gênero, raça e racismo e sexualidade. O recorte temporal é de 1994, data do primeiro ENANCIB, realizado em Belo Horizonte, até 2019, data da 20ª edição do evento, em Florianópolis. Entretanto, observa-se que não há uma plataforma para abrigar os artigos o que poderá incorrer em lacunas metodológicas.

O ENANCIB é um evento anual realizado pelos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação com o apoio da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação. Ao longo dos anos o evento foi inserindo novos Grupos de Trabalho (GT) e atualmente conta com 11 GTs. A partir da quarta edição, realizada em 2000, na cidade de Brasília, DF, passou a ter um tema, que foi: “Conhecimento para o século XXI: a pesquisa na construção da Sociedade da Informação” e o último, realizado em 2019, teve como tema: “Sujeito informacional e as perspectivas atuais em Ciência da Informação”.

O objetivo é evidenciar as temáticas progressistas apresentadas no ENANCIB desde a sua criação até o ano de 2019, procurando, especificamente, desenvolver uma linha evolutiva a respeito da inserção dessas temáticas, do primeiro até o mais recente ENANCIB.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de um levantamento de dados bibliométricos acerca de temas específicos com o objetivo de identificar a evolução da Ciência da Informação para temáticas consideradas progressistas, a partir de uma pesquisa descritiva e exploratória com viés quali-quantitativo. Para tal, visitou-se as páginas oficiais dos Enancibs, desde o ano de 1994 ao ano de 2019. Nas respectivas páginas, pesquisou-se pelos termos ligados às categorias de gênero, raça e sexualidade.

Quadro 1: Relação de termos utilizados na busca

Gênero	Raça	Sexualidade
Mulher/mulheres	Movimento negro	LGBT
Feminismo	Negro/negros/negra/negros	Lésbica
Feminino/a	Afrodescendente	Gay /
Violência doméstica	Afro	Bissexual
Mulheres trans	Índio / indígena	Homossexual/homossexualidade
Transexual / transexuais	Quilombola/quilombolas	Homofobia/LGBTfobia/lesbofobia/transfobia
Menina / meninas	Etnico-racial/étnico-raciais	Transexual/travesti/transgênero
	Etnoconhecimento	Drag Queen / Drag King
		Queer

Fonte: elaborado pelas autoras.

A partir dos achados com os termos compreendidos no Quadro 1, verificou-se, os seguintes elementos: o título do artigo, o resumo e as palavras-chave, como forma de averiguar se o assunto dos trabalhos recuperados efetivamente se relacionava com as temáticas propostas nesta pesquisa. Quando surgia dúvida quanto a abordagem ao tema, buscava-se todo trabalho, como foi o caso de algumas referências ao termo “gênero” que ao observar no artigo, verificou-se tratar de gênero literário. Nesse sentido, o *corpus* investigativo compreendeu 4.653 artigos publicados ao longo de 20 anos. É importante ressaltar que os anos de 1996, 1998, 1999, 2001, 2002 e 2004 não foram realizadas edições do evento. Após verificação e eliminação dos ruídos, notou-se a incidência de 58 artigos voltados à temática de gênero, 54 ligados à raça, 15 sobre sexualidade, 5 na interseção entre gênero e raça, 7 sobre gênero e sexualidade e 5 compreendendo as três categorias, ao mesmo tempo (gênero, raça e sexualidade), nenhum trabalho sobre raça e sexualidade fora recuperado.

REFERENCIAL TEÓRICO

No livro *Ensinando a transgredir: educação como prática de liberdade*, bell hooks (2013) se desnuda, ao afirmar que buscara a teoria porquê sofria, para entender o que estava acontecendo ao seu redor. Nesse livro, a autora critica o modelo de educação bancária, cuja prática exige dos estudantes o questionamento crítico e posicionado. Perceber a si e ao mundo ao seu redor é exercício fruto de práticas pedagógicas, discursivas, teóricas, práticas e acadêmicas enredadas não somente na pedagogia crítica mas também, por que não? em uma ciência crítica.

A *priori*, tal afirmação pode soar redundante, afinal, os moldes que estabeleceram a ciência como hoje é conhecida envolvem paradigmas que são pautados na investigação acurada e crítica de paradigmas anteriormente pautados, no entanto, o debate em curso pretende evidenciar não somente a crítica que se lança ao desvelar o contato do observador com seu objeto, mas seu contexto, as marcas, ou marcadores sociais que interferem neste olhar e na própria forma de redigir achados de pesquisa, ou mesmo o porquê da escolha deste e não de outro objeto. A escolha de objetos de pesquisa pode se dar, por exemplo, pela aderência do pesquisador com o tema, pela simpatia que este desenvolveu em relação a dado docente ou, como se vê na confissão de bell hooks (2013), pelo desejo íntimo e sincero de entender melhor a si, imerso em um contexto sócio-histórico-econômico e cultural.

Nessa perspectiva, vê-se eclodir, especialmente nas áreas de Ciências Humanas e Sociais (incluindo-se as Ciências Sociais Aplicadas), estudos cuja temática envolve três importantes marcadores sociais, o de raça, o de gênero e o da sexualidade, por vezes, combinados, em uma perspectiva interseccional (AKOTIRENE, 2019), por outras, estudados separadamente. Angela Davis (2016), por exemplo, escreveu a obra *Mulheres, raça e classe*, para evidenciar práticas opressoras ligadas a estruturação destes marcadores sociais, como forma de dominação de subalternidades que são constituídas a partir do seu distanciamento com o modelo padrão masculino, branco e aristocrata. Já Judith Butler (1997) envereda no campo das performances de gênero e o papel social constituído a partir de simbologias diversas que moldam o sistema binário, cisgênero e heteronormativo das sociedades ocidentais.

Essas autoras revelam nuances basilares para entender a respeito das temáticas de gênero, sexualidade, raça e racismo, mas, em certa medida, falam de si e das comunidades às quais pertencem, de forma orgânica e teórica, de forma política e filosófica. Outrossim, discutem tais temáticas a partir de uma práxis das subalternidades, em uma perspectiva não somente decolonial da escrita acadêmica, mas antissexista, anti-LGBTQI+ fóbica e antirracista. É a partir dessa perspectiva e do desenvolvimento de escritos acadêmicos que abordem tais temas que se pode perceber o movimento não somente de aparecimento, mas de crescimento de uma escrita voltada a indivíduos outrora velados

e marginalizados pela comunidade acadêmica, mais extensivamente, a possibilidade investigativa e científica, cujos traços não exigem certa biografização dessas autorias.

Concepção análoga tem a teórica Gayatri Spivak (2010), autora do livro *Pode o subalterno falar?* asseverando que todo sujeito tem voz. Mesmo que se passe por um processo de silenciamento, há a capacidade inata e, por vezes, latente da fala ou potência, ecoar. Associativamente, o passar de potência para a efetiva fala se dá através da insurgência das subalternidades junto ao manifesto positivo de sujeitos hegemônicos. No meio acadêmico, por exemplo, a elaboração e submissão de trabalhos referentes às subalternidades, ou comunidades sub-representadas, a um periódico ou a um evento científico preconiza que este será avaliado por pares e sua aprovação denota o acolhimento da comunidade acadêmica em relação à temática, respeitando-se o rigor do campo.

Há de se destacar que a Ciência da Informação (CI) se constituiu a partir de três movimentos que regeram, e ainda regem, sua *práxis*, movimentos estes entendidos como paradigmas da CI. (CAPURRO, 2017) Tais paradigmas (físico/tecnológico, cognitivo e social) revelam o olhar da área frente às demandas urgentes da sociedade em relação à informação. O paradigma físico emerge da necessidade de ordenamento da massa documental surgida na terceira onda da Revolução Industrial. O mote para a Ciência da Informação era, o da recuperação da informação (*information retrieval*). O paradigma cognitivo traz luz a algo que o paradigma físico escamoteou, o fator humano. O terceiro paradigma, o Social, vai de encontro aos anteriores, visto que o modelo platônico e cartesiano em que foram pautados, de certa maneira, impedia a área de perceber como se constituem as demandas informacionais e as trocas que propiciam sua resolução ou a manutenção de lacunas, a partir de jogos de poder e de linguagem, ou seja, o paradigma social tem por proposta entender o sujeito informacional de forma holística e contextualizada.

Compreender estes três paradigmas da CI é importante para que se possa refletir sobre a discussão de determinadas temáticas nesta área, ao longo dos anos, por dois fatores cruciais e não excludentes entre si: a) a CI, em seu desenvolvimento não exclui um, ou outro paradigma, os três são passeantes na área a partir das abordagens dos pesquisadores; b) o fator social tem se tornado imperativo nas discussões da área e de suas disciplinas correlatas, como a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia. Esse último ponto pode ser ilustrado a partir, por exemplo, das temáticas de eventos ocorridos hodiernamente, tais como: o Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBD), de 2017, cujo tema central foi a Agenda 2030; a Semana Acadêmica de Biblioteconomia (SEABI) da Universidade Federal do Cariri (UFCA), do ano de 2018, que teve como tema: “Biblioteconomia e diversidade: diálogos étnico-raciais e de gênero”; o Encontro Nacional de Bibliotecários Negros e Antirracistas, cuja primeira edição se deu no ano de

2019, além de outras iniciativas, como a criação do Selo Nyota,¹ cujo objetivo é promover publicações que envolvem as temáticas de gênero, sexualidade, raça e racismo em consonância com as áreas de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciência da Informação e Museologia. Essas iniciativas também se refletem no ENANCIB, um dos maiores eventos da área, que ocorre de forma anual e itinerante desde o ano de 1994.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

O primeiro trabalho sobre gênero apareceu no II ENANCIB, em Belo Horizonte, MG, no ano de 1995 de Gilda Olinto com o título: “Gênero, capital cultural e desempenho escolar”, não havia a organização dos GTs como hoje, mas o GT em que o trabalho foi apresentado foi: “Novas Tecnologias/Bases de Dados/Fontes de Informação [e educação]”. Nos anos de 1996, 1998 e 1999 o evento não aconteceu. Em 2000, na quarta edição, realizada na cidade de Brasília, DF, o tema volta com o artigo “Organização do acervo informacional do grupo de pesquisa ‘populações tradicionais no Pará: reordenação social e sustentabilidade’- sub produto ‘populações pesqueiras no Pará: reordenação social e sustentabilidade em uma perspectiva e gênero”, de autoria de Elson Andrey Souza dos Anjos, Maria Cristina Alves Maneschy. Em 2001 e 2002 não foi realizado o evento. No ano de 2003, a pesquisadora Gilda Olinto publica no GT 6: Formação Profissional / Mercado de trabalho o artigo: “Mulheres e jovens da liderança da pesquisa no Brasil: análise das bolsas de pesquisador do CNPq”. No ano seguinte o evento não foi realizado.

A sexta edição, realizada em 2005, teve respectivamente um artigo sobre gênero, intitulado “Pensando as estatísticas públicas sobre carreiras educacionais na área de ciência e tecnologia, por gênero”, de Zuleica Lopes Cavalcanti de Oliveira, no GT 5: Política, Ética e Economia da Informação; e um sobre raça, com o título: “Para além dos discursos: imagens de inclusão social/racial na sociedade do conhecimento”, de Miriam de Albuquerque Aquino e Vanessa Alves Santana, apresentado no GT1: Estudos Históricos e Epistemológicos da Informação.

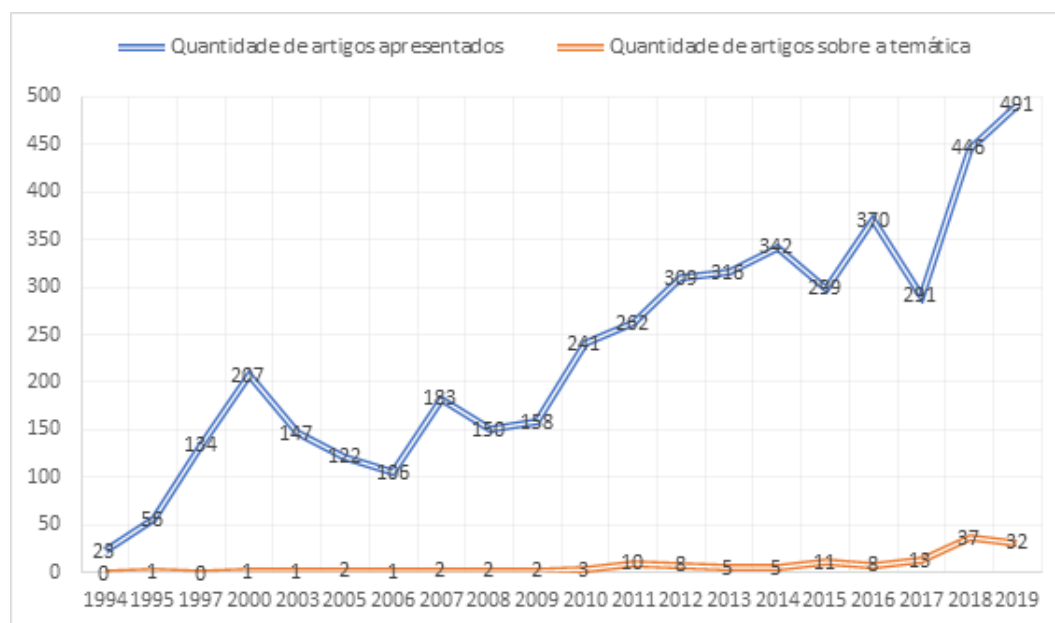
No ano seguinte, foi realizada em Marília, a sétima edição e teve apenas um artigo apresentado no GT7: Informação para Diagnóstico, Mapeamento e Avaliação, de autoria de Gilda Olinto, com o título: “Indicadores de gênero para a sociedade do conhecimento”. Em 2007, também foram apresentados dois trabalhos nas temáticas gênero e raça, sendo: o artigo “A busca de informação pela mulher em jornais impressos”, de Patrícia Espírito Santo e Lígia Maria Moreira Dumont, apresentado no GT3 Mediação, Circulação e Uso da Informação e o artigo “A organização do etnoconhecimento: a representação do conhecimento afrodescendente em religião na CDD”, de Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda, apresentado no GT2 Organização e Representação do Conhecimento.

¹ Ver: <https://www.nyota.com.br/>.

A Universidade de São Paulo (USP) sedia a nona edição e tem no GT1 o artigo: “Os estudos de gênero na Ciência da Informação”, de Patrícia Espírito Santo; e a professora Mirian Aquino apresenta no GT5 o artigo: “A inclusão de afrodescendentes nas políticas de informação: por uma compreensão da diversidade cultural”. O número de um até três trabalhos por evento vai até 2010, e em 2011, no evento realizado em Brasília, DF, com o tema: “Políticas de Informação para a Sociedade”, contabiliza-se dez artigos distribuídos nos GTs 2, 3 e 10, que evidencia o olhar dos cientistas da informação para as temáticas consideradas subalternas e progressistas. Em 2012, foram apresentados oito trabalhos nos GTs 3, 5, 10 e 11, e em 2013 e 2014, foram cinco trabalhos em cada.

A Universidade Federal da Paraíba (UFPB) é palco da 16ª edição com o tema: “Informação, memória e patrimônio: do documento às redes”, em que foram apresentados 11 trabalhos de um total de 299 artigos publicados. Em 2016, em Salvador, tem-se oito trabalhos nos GTs 1, 3, 6 e 10. Em 2017, em Marília, SP, o número volta a crescer e são apresentados 13 trabalhos, distribuídos nos GTs 1, 2, 3, 6, 7, 10 e 11.

Gráfico 1: Quantidade de artigos apresentados versus artigos sobre a temática de 1994 a 2019



Fonte: elaborado pelas autoras.

O maior número de trabalhos apresentados é no ano de 2018, evento realizado em Londrina, PR, com um total de 37, com incidência em quase todos os GTs. Apenas o GT 9 não apresentou nenhum artigo. Supõe-se que o momento político vivido pelo país à época, incentivou a academia a voltar seus olhos para esses temas. Em 2019, ocasião da

realização da mais recente edição, ocorrida em Florianópolis, SC, foram apresentados 32 artigos e a novidade é que estão distribuídos em todos os GTs. Ressalta-se que o GT 9 teve o seu primeiro artigo sobre a temática, de autoria de Samanta Coan e Rubens Alves da Silva, intitulado: “Museu dos quilombos e favelas urbanos, Igreja das Santas Pretas e Guarda Congo da Vila Estrela: o encontro pela Sá Rainha Dona Marta”.

Ao todo foram 144 trabalhos de 4.653, correspondendo a 3%. O tema com maior incidência foi “gênero”, com 58 trabalhos (41%), seguido de “raça” com 54 (38%). O GT 10 apresentou o maior número de artigos, ao todo 37, correspondendo a 26%, seguido pelo GT 3, com 29 trabalhos (20%) e o GT 2 com 20 artigos (14%). A pesquisa foi realizada nos Portais dos eventos, cujo *link* consta no site da ANCIB e procurou pelos temas, à princípio, contidos nos títulos dos trabalhos, em caso de dúvida, abria-se o arquivo e observava-se o resumo e as palavras-chave. Além dos temas de gênero, raça e sexualidade, procurou-se verificar a combinação desses temas, como interseccionalidade, gênero/raça, gênero/sexualidade e raça/sexualidade. Observou-se que, sobre esta última combinação não houve nenhum artigo apresentado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao apresentar e descrever a evolução temática nos ENANCIB acerca das pautas considerados progressistas, observa-se que a Ciência da Informação vem refletindo sobre as práticas opressoras ligadas à estruturação dos marcadores sociais de raça, racismo, sexualidade e gênero, entendendo que a Ciência não pode estar dissociada das questões sociais.

O total de 144 trabalhos, de um universo de 4.653, pode parecer *à priori*, pouco, entretanto, representa um avanço da área na preocupação com os temas considerados subalternos. Notou-se uma incidência maior de trabalhos no ano de 2018, evidenciada pelo momento político, econômico e social por que passava o Brasil e que, a partir de 2011, há um crescimento do número de trabalhos que oscilam até 2017, provavelmente, fruto das políticas sociais empreendidas a partir das cotas sociais e raciais, das políticas públicas para mulheres e comunidade LGBTQIA+.

Ressalta-se a dificuldade na coleta de dados uma vez que não há um repositório do evento abrigado na ANCIB e sim os links que encaminham para os Portais, a falta de uma estrutura de metadados que permita ao pesquisador a recuperação por palavras-chave e até mesmo o formato dos Anais que, no ano de 2016, foi em livro, o que dificultou em muito a pesquisa. Outra questão é que para se obter o número total de trabalhos foi necessário a contagem um a um. Esta reflexão não se encerra aqui, pretende-se dar continuidade ao estudo, observando as redes de colaboração e coautoria.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C. *O que é interseccionalidade?*. São Paulo: Polén, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).

BUTLER, J. *Lenguaje, poder e identidad*. Madrid: Sintesis, 1997.

CAPURRO, R. Epistemologia e Ciência da Informação. [Capurro], [s. l.], 24 ago. 2017. Disponível em: http://www.capurro.de/enancib_p.htm. Acesso em: 22 jan. 2020.

DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

HOOKS, B. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

SPIVAK, G. C. *Pode o subalterno falar?*. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2010.